

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

José Miguel Sardica¹,
Universidade Católica Portuguesa,
Sociedade Científica

1. Introdução.

Nos últimos dias de Abril de 1872, os principais jornais de Lisboa traziam em destaque a notícia da morte de José Maria Eugénio de Almeida. A *Correspondência de Portugal* lamentava que tivesse “deixado de existir um dos homens mais activos e mais ricos de Portugal” e historiava a forma como ele ascendera nos *rankings* da fortuna e da sociedade, ao ponto de “acumular haveres que são hoje calculados em 4 mil contos”. Nos últimos tempos de vida – continuava o periódico – era um dos primeiros proprietários do país, logo atrás das casas ducais de Palmela e Cadaval. Detentor de “sommas enormes em fundos públicos”, a ele “não lhe convinham negócios senão em ponto muito grande”, nos quais obtinha sempre ganhos chorudos, graças ao seu “estudo”, à sua “elevadíssima inteligência” e a um “sistema de escrituração e de administração” que poderia servir de modelo “a todas as repartições públicas”².

Para o *Diário de Notícias*, desaparecera “da cena do mundo” um homem de “superior talento, génio activo e espírito empreendedor”, que legava aos seus um património “de proporções colossais” (aqui estimado em 3 mil contos), “que a sua actividade e sistema económico acrescentavam dia a dia”, mercê de

¹ José Miguel Sardica é licenciado em História pela Universidade Nova de Lisboa e doutorado em História Contemporânea pela Universidade Católica Portuguesa. Presentemente, é professor associado e director-adjunto da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, onde iniciou a sua carreira académica em 1994. É também investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, docente e membro do Conselho Científico do Instituto de Estudos Políticos, consultor do Centro de Estudos de História Religiosa e membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, para além de colunista e colaborador da Rádio Renascença em assuntos de história e de política. As suas áreas de investigação e docência são a história dos séculos XIX e XX, portuguesa e internacional, sobretudo nas suas vertentes política, institucional, social, cultural, intelectual, da imprensa e da opinião pública, sendo autor de diversos artigos em revistas especializadas e de nove livros sobre história de Portugal na época contemporânea.

² *Correspondência de Portugal*, 28-4-1872.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

“uma vontade inabalável que nenhuma consideração secundária demovia”³. A *Gazeta do Povo*, periódico oficial do Partido Histórico, lembrava-o como “um dos mais opulentos proprietários de Portugal”⁴. O *Diário Popular*, a outra folha dos históricos, avaliava a sua riqueza em 4 mil contos, “dos quais 2 mil em propriedades”, feito tanto mais notável quanto ele se distinguia por ser um benemérito para com centenas de pessoas, que naquela hora mesma “pergunta(vam) ansiosas se ainda continuarão a ter o pão do dia de amanhã”⁵.

O *Jornal do Comércio*, órgão do Partido Reformista, destacava o quanto o seu “talento”, a “plenitude da sua actividade” e as suas “obras tão grandiosas” tinham feito o país lucrar, na medida em que “aumentando a sua fortuna, aumentavam também a riqueza pública”. O “culto”, o “estudo” e o “saber” tinham-no tornado imune à “ociosidade”, nunca o afastando do que era “sério e útil”. Cumprindo o dito do Padre António Vieira de que “nascer pequeno e morrer grande é chegar a ser homem”, “o Sr. Eugénio de Almeida” – declarava o articulista – “chegou a ser homem porque nasceu pequeno e morreu grande”, em tudo cumprindo o saudável princípio que sempre lhe norteava a vida: “tudo neste mundo se compra à custa de trabalho e de tempo”⁶.

2. A figura.

Mesmo descontando o tom panegírico com que a maioria das necrologias oitocentistas era redigida, este conjunto de apreciações permite perceber a importância do finado no contexto do Portugal da segunda metade do século XIX⁷. José Maria Eugénio de Almeida nasceu em Lisboa, a 13 de Novembro de 1811, numa família de média burguesia urbana, profissionalmente ligada à Alfândega das Sete Casas, e possuidora – pelo menos à data da morte dos seus pais, em 1839 – de um património imobiliário orçado

³ *Diário de Notícias*, 25-4-1872.

⁴ *Gazeta do Povo*, 25-4-1872.

⁵ *Diário Popular*, 25-4-1872.

⁶ *Jornal do Comércio*, 25-4-1872.

⁷ O primeiro estudo produzido na historiografia portuguesa sobre a figura de José Maria Eugénio de Almeida foi o de Helder Adegar Fonseca e Jaime Reis (Fonseca e Reis 1987). Este trabalho aborda apenas o lado económico e empresarial de Eugénio de Almeida, em detrimento de outros ângulos biográficos, como o seu percurso escolar, perfil político e projecção social. Mais recentemente, e numa perspectiva de biografia completa, ver o trabalho de Sardica 2005. O presente texto sintetiza os principais eixos e conclusões deste último estudo.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

em cerca de 8 contos de réis. Neste aspecto, portanto, a futura ascensão social de Eugénio de Almeida parece ter obedecido a um certo padrão típico de formação da grande elite empresarial do século XIX (em Portugal e não só), por norma originária de uma classe média já dotada de algumas posses. Tanto os pais, Joaquim José de Almeida e Gertrudes Magna do Nascimento de Jesus, como os avós (à excepção da avó paterna) eram naturais de Lisboa. As origens dos dois progenitores nada têm de historicamente relevante, a não ser o facto – indiciador de boas relações sociais – de os padrinhos de baptismo da mãe, Gertrudes, terem sido os 2.ºs Condes de Oeiras, ou seja, o filho primogénito e a nora do Marquês de Pombal.

Depois dos estudos, realizados durante a década de 1820 na Escola de S. Vicente de Fora, muito possivelmente com vista a uma carreira eclesiástica nunca concretizada, Eugénio de Almeida cursou Direito em Coimbra, entre 1834-39. Finalizada a formatura em Leis, regressou a Lisboa, tendo falhado, em 1839, vítima de escandalosa preterição, a nomeação para lente da Escola Politécnica, num concurso público ganho por José Estêvão Coelho de Magalhães⁸. Do campo do setembrismo moderado, onde iniciara a sua vida política, Eugénio de Almeida transitou sem surpresa para o “ordeirismo” (o projecto político de Rodrigo da Fonseca), que defendeu no jornal *O Portuguez* e no parlamento, aquando da sua estreia como deputado, em 1840. A célebre “questão dos forais”, levada a debate pelo ministro da Fazenda, Flórido Pereira Ferraz, em 1841, ditaria contudo um progressivo distanciamento crítico em relação aos executivos ordeiros, o último dos quais seria deposto pela restauração da Carta Constitucional, no início de 1842. Eugénio de Almeida ainda colaborou, nesse ano, com a oposição coligada contra o cabralismo (a “coalizão”); mas o seu casamento, em Dezembro de 1843, com Maria das Dores Silva Teixeira, a filha única de José Joaquim Teixeira, um rico comerciante para quem Eugénio de Almeida então trabalhava, dilatou significativamente o seu próprio capital inicial, redefinindo-lhe os alinhamentos político-partidários⁹.

Durante os anos 40, rentabilizando a pequena fortuna herdada dos pais e usufruindo dos capitais e contactos que o sogro colocou à sua disposição, Eugénio de Almeida tornou-se um dos grandes intervenientes nos principais negócios do Estado português e figura cimeira da elite dos “argentários” do cabralismo – com interesses accionistas na maioria das companhias financeiras então surgidas e, sobretudo, como um dos “caixas-gerais” do negócio dos Tabacos, a partir de 1844. Naturalmente, a

⁸ Sardica 2005, 36-64.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

aproximação ao cabralismo pela via dos investimentos financeiros traduziu-se numa correspondente aproximação política. Este processo estava plenamente realizado em 1845, quando voltou a ser eleito para o parlamento, na lista encabeçada pelo próprio Costa Cabral (então ministro do Reino), e ficou confirmado pelo seu comportamento ministerial no parlamento de 1848-51, terceira e última legislatura para a qual foi eleito, a convite de José Bernardo da Silva Cabral¹⁰.

Sobrevinda a Regeneração, recusou no entanto imolar-se à causa política da direita conservadora cabralista, que tanto dinheiro lhe dera a ganhar (apesar do temporário “crash” sofrido pelas suas finanças em 1846-47)¹¹, e lançou-se no “comboio” da Regeneração, tão logo Fontes Pereira de Melo mostrou ser o homem que melhor garantiria ordem e progresso. A aproximação aos regeneradores materializou-se ao ritmo dos cargos ou comissões governamentais para que foi sendo nomeado na primeira metade da década de 1850: vogal da Comissão Revisora das Pautas das Alfândegas, em Maio de 1852, vogal do Conselho Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas, em Novembro de 1852, vogal da Comissão Central de Pesos e Medidas, em Fevereiro de 1853 e, sobretudo, Par do Reino, em Março de 1853. Partidariamente, e até meados da década de 1860, Eugénio de Almeida foi sempre um regenerador (membro do directório lisboeta do partido e subscritor do seu manifesto eleitoral em 1858), e um anti-histórico, tendo-se distinguido no ataque ao centro-esquerda de Loulé em importantes batalhas parlamentares. Tendo prestado o seu apoio à Fusão, em meados de 1865, viria porém a distanciar-se desse “bloco central” por duas ordens de razões – politicamente (tal como aconteceu com o conhecido Conde de Peniche), por se ter sentido defraudado com a viragem à direita operada na remodelação ministerial de Maio de 1866; economicamente, por discordar com o modo como o governo se propunha atalhar o cenário negro que pairava sobre o país em 1866-67, aumentando os impostos e, entre eles, a sempre temida (pelos proprietários) contribuição predial¹². Desfeita a Fusão, em Janeiro de 1868, para cuja queda ele contribuiu de forma activa – mobilizando lavradores e rendeiros para protestarem contra a política fiscal fontista, patrocinando jornais (como o *Distrito de Évora*, para o qual Eça de Queirós trabalhou, como assalariado da oposição), comparecendo em *meetings* e financiando centros eleitorais –

⁹ Sardica 2005, 65-82.

¹⁰ Sardica 2005, 99-121.

¹¹ Eugénio de Almeida partira de uma fortuna de 53 contos, na data de início da sua vida empresarial, em 1843, tendo atingido já os 400 contos no princípio de 1851 (Fonseca e Reis 1987, 883).

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

distanciou-se progressivamente dos seus “amigos” penicheiros e da imensa e confusa mescla de anti-fusionistas que dominava a Lisboa popular e radical do tempo. Ainda foi elevado ao Conselho de Estado em Julho de 1870. Morreu em Évora, com 60 anos, a 23 de Abril de 1872¹³.

Paralelamente à biografia política, Eugénio de Almeida teve também uma biografia social e até pessoal, interessante e historicamente rica. Foi um homem com uma vida familiar atribulada – à qual não faltou a tragédia (a morte do filho primogénito e homónimo, aos 12 anos, em 1856), a aventura (um longo amor com uma dama desconhecida, Maria Bárbara de Jesus, da qual teve três filhos “naturais”¹⁴), e a separação (da mulher legítima, que fixou residência em Londres a partir de 1864) – que exemplificava, na perfeição, o charme da alta burguesia culta, sociável e viajada. A elite a que por direito próprio Eugénio de Almeida ascendeu – a da Lisboa dos burgueses milionários da Regeneração – tinha nos padrões habitacionais o seu principal sinal de distinção e riqueza e na educação do espírito o contraponto moralista da acumulação material. A este propósito, Eugénio de Almeida tornou-se conhecido pelo seu imponente Palácio de S. Sebastião da Pedreira, com o seu jardim-parque anexo, e com o seu imenso “Casal do Monte Almeida” (sensivelmente o actual Parque Eduardo VII), ajudando a materializar a tendência social da segunda metade de oitocentos que consistiu na transferência generalizada de velhas casas e palácios, até aí nas mãos da nobreza titulada, para a nova classe média-alta (com ou sem título aristocrático) dos negócios e da finança. Foi também traço do seu modo de viver as somas que gastava em “piedade” e “beneficência” e a sua pertença a quantas irmandades, misericórdias e confrarias religiosas iam aparecendo em Lisboa. Os conhecimentos políticos e a preeminência social renderam a Eugénio de Almeida a única comissão de serviço público que desempenhou em toda a sua vida, como se de uma missão cívica se tratasse, a título gratuito, e de uma forma que as mais diversas fontes qualificam muito positivamente: a de Provedor da Real Casa Pia de Lisboa, desde 1859 até à sua morte. O trabalho de liderança, reforma e requalificação do velho estabelecimento assistencial-escolar fundado por Pina

¹² Sardica 2005, 121-155.

¹³ Sardica 2005, 155-159.

¹⁴ José Maria Eugénio de Almeida teve, ao todo, seis filhos, três do casamento com Maria das Dores Silva Teixeira e outros três da relação extra-conjugal com Maria Bárbara de Jesus. Os filhos legítimos foram José Maria Eugénio de Almeida Júnior (1844-1856), Carlos Maria Eugénio de Almeida (1845-1914), e Gertrudes Magna do Nascimento de Jesus Almeida (1846-?).

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

Manique constituiu quase um capítulo à parte na sua biografia e, em rigor, um dos melhores capítulos do desenvolvimento da Casa Pia portuguesa¹⁵.

Mais do que à história político-partidária ou sociocultural da Monarquia Constitucional, a biografia de Eugénio de Almeida pertence sobretudo à história económica e financeira do tempo, onde ele se destacou como um gigantesco empresário capitalista, com intervenção relevante e diversificada nos vários sectores da economia de então. Tendo começado com alguma fortuna, construiu, desde os princípios da década de 1840 até à sua morte, um dos mais valiosos “impérios” do seu tempo, alicerçado na terra e na agricultura, no comércio e na indústria, no imobiliário urbano, na especulação em títulos, acções e obrigações nacionais e internacionais, e nos contratos financeiros com o Estado, através dos quais chegou a ser um dos seus principais prestamistas. Símbolo português do empresário e do gestor moderno, Eugénio de Almeida combinava em si o espírito progressista e utilitário, a capacidade de trabalho e de organização, o faro para o negócio lucrativo e a correcta gestão das margens de risco, com a sensibilidade do homem de cultura, cuja vasta biblioteca espelhava a variedade de assuntos por que se interessava¹⁶, e com o “porte” que o transformou num notável de sociedade, frequentador assíduo dos mais selectos espaços da alta burguesia do tempo e dos próprios corredores do poder. A multiplicidade de actividades por que se desdobrou revela que a sua carreira não foi a de um político com interesses na finança e nos negócios mas o contrário, ou seja, a de um negociante (rapidamente tornado milionário), cujos interesses e correlativa projecção social levaram a assumir um papel participativo nos destinos do país.

Neste sentido, a ascensão e o percurso social de Eugénio de Almeida foram tipicamente oitocentistas: filho do Portugal revolucionário e liberal que liquidou o Antigo Regime nos primórdios do século XIX, tornou-se uma das estrelas maiores da burguesia dos negócios que a mobilidade social meritocrática da “era do capital” guindou ao estatuto de elite. Para estes homens, a política era como que um *hobby* exercido em *part-time*, não apenas em virtude da interligação revelada pelas elites económica e política, mas também porque era através da intervenção política, sobretudo no parlamento, que faziam ouvir e

¹⁵ Sardica 2005, 177-213. Sobre a Provedoria de Eugénio de Almeida na Casa Pia de Lisboa, entre 1859 e 1872, ver também Marvão e Coelho 2000, 83-95, Tavares 2000, 166-169, e o estudo clássico de Silva 1896.

¹⁶ A Biblioteca de Eugénio de Almeida está integralmente preservada em Évora, contendo mais de duas mil espécies, catalogadas em seis secções diferentes, de acordo com o inventário por ele mesmo feito nos últimos anos de vida: “Ciências Eclesiásticas”, “Ciências Morais e Políticas”, “Ciências Naturais e Exactas”, “Belas Artes”, “Artes e Ofícios”, “Literatura” e “História” (ver Sardica 2005, 268-271).

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

trunfar as medidas, reformas e orientações que mais convinham aos seus vastos interesses socioeconómicos.

3. A fortuna.

À falta de outros indicadores (a qualidade da gestão, o carácter inovador da estratégia ou o grau de cultura de exigência), o dinheiro é o melhor meio para avaliar o sucesso de um empresário e de uma empresa. Ora, num tempo como o século XIX, em que conceitos de “gestão”, “estratégia”, “cultura de exigência” ou outros não estavam ainda claramente definidos, o montante da fortuna era o maior, ainda que não o único, cartão-de-visita do burguês bem sucedido. Sob este ponto de vista, aplicam-se a José Maria Eugénio de Almeida os considerandos já feitos acerca de outros negociantes seus contemporâneos (por exemplo, o clã familiar São Romão/José Maria dos Santos): pelo que simbolizou, fez e conseguiu, foi “uma história de sucesso num país onde elas não abundavam”¹⁷. Perceber o grau de sucesso de Eugénio de Almeida implica avaliar o que significava, na sociedade e na economia do Portugal da Regeneração, um património orçado em milhares de contos¹⁸. E qual era, afinal, o seu valor real? De acordo com um inventário, possivelmente feito pelo filho, Carlos Maria Eugénio de Almeida, aquando da morte do pai, o património de José Maria Eugénio de Almeida ascendia a 1.712.974\$204, ou seja, cerca de 1.713 contos de réis¹⁹. A sua descrição sumária ajuda a perceber a configuração do “império” imobiliário e financeiro contruído em trinta anos de vida activa.

Em Lisboa, Eugénio de Almeida era proprietário do luxuoso palácio no Largo de S. Sebastião da Pedreira e do extenso parque florestal anexo (o chamado Parque de Santa Gertrudes): 86 mil m² de área, avaliados em 110 contos. Possuía, além deste *ex-libris*, que era a sua residência oficial, uma quinta e mais “casas de habitação”, também em S. Sebastião da Pedreira (valor: cerca de 1 conto e 500), vários prédios

¹⁷ Martins 1992, 368. As biografias de Manuel José Gomes da Costa São Romão (1810-1852) e de Eugénio de Almeida revelam muitas semelhanças.

¹⁸ A acreditar na indicação da *Correspondência de Portugal*, segundo a qual Eugénio de Almeida ganhava, isto é, acumulava, 160 contos por ano nos derradeiros tempos de vida, tratava-se de uma soma que representava pouco menos de metade (44%) do que a Lista Civil da Casa Real destinava ao Rei de Portugal no fim do século XIX: 365 contos anuais, 1 conto por dia, para despesas pessoais, de representação e de manutenção da Corte.

¹⁹ *Inventário por morte do Exmo. Sr. José Maria Eugénio de Almeida (1872)*, Caderno manuscrito, 20 pp., *Arquivo e Biblioteca Eugénio de Almeida* (Évora), pasta não catalogada (ver Sardica 2005, 263-267).

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

urbanos em bairros antigos da capital (8.710\$000), e inúmeras terras e casais, em S. Sebastião²⁰, na Ajuda, em Benfica, Monsanto ou Oeiras, além de domínios de foros na zona ribeirinha. Tudo somado, o património lisboeta ascendia a 233.386\$000. No distrito de Santarém, era proprietário do extensíssimo Paul de Boquilobo avaliado, em 1872, em 365.360\$000. A este enorme latifúndio, que se espalhava pelos concelhos de Santarém, Torres Novas e Golegã, somavam-se mais umas courelas ou casais no montante patrimonial de cerca de 2 contos. Em Évora – o centro por excelência do seu património agrícola e rural – eram recenseadas dezenas de herdades, quintas, quinhões, casas, azenhas e domínios directos de prazos em várias freguesias do distrito. Ao todo, a terra ali possuída – mais de 17 mil hectares, número que fazia dele o maior proprietário desse distrito – valeria 527.350\$800. A isto se somavam os prédios que tinha na cidade de Évora ou no seu termo: o Convento do Carmo e o Palácio das Portas de Moura (a sua residência nas longas temporadas que passava no Alentejo), e a Quinta e Mosteiro da Cartuxa. O Convento, o Palácio e o Mosteiro somavam 18.800\$000. O restante património imobiliário demonstrava a dimensão nacional da fortuna de Eugénio de Almeida: o Reguengo do Alvor, o Morgado de Boina e Arge e o edifício do Convento dos Capuchos em Portimão (tudo avaliado em quase 109 contos), cinco herdades na freguesia de S. Aleixo (Moura), no distrito de Beja (36 contos), outras cinco herdades no distrito de Portalegre, avaliadas em pouco mais de 18 contos, duas quintas no concelho de Barcelos (5 contos), e várias propriedades espalhadas pelo concelho de Mirandela (40 contos).

O imobiliário representava cerca de 79% do total do património inventariado (1.354.805\$400)²¹. Os restantes 21% distribuíam-se por papéis de crédito (18%), papel-moeda e bens móveis (3%). A carteira de Eugénio de Almeida incluía certificados e inscrições da Junta do Crédito Público, títulos e acções do Banco de Portugal, acções e obrigações de várias companhias, portuguesas e espanholas, entre as quais se destacavam os 80 contos colocados na Companhia Portuguesa dos Tabacos, além de uns apetecíveis 20 títulos da dívida francesa consolidada, no montante global de 160 contos.

²⁰ A propriedade listada em S. Sebastião, que ocupava parte substancial dessa freguesia e também parte da vizinha freguesia de S. Mamede, era o «Casal do Monte Almeida», uma área de 400.000 m² com um valor declarado de 42 contos, que correspondia à actual zona do Parque Eduardo VII e ruas adjacentes.

²¹ Fonseca e Reis 1987, 895: os bens imobiliários do distrito de Évora representavam 32,1% de toda a sua fortuna; os de Santarém representavam 21,4%, os de Lisboa 13,6%, os do Algarve 6,3%, os de Bragança 2,3%, os de Beja 2%, os de Portalegre 1%, e os de Braga, finalmente, 0,3%.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

Valeria o património de Eugénio de Almeida 1.713 contos quando ele morreu? O número levanta algumas reservas, todas tendentes a fazer crer que o valor real da sua fortuna era na realidade superior ao indicado pelo inventário de 1872. Desde logo, não se tratava de um inventário oficial, aberto por entidade estranha à família, para efeitos de habilitação de herdeiros ou declaração fiscal, mas de um simples caderno manuscrito privado. Depois, como era (e é) da praxe, havia verbas, ou rubricas, sistematicamente desvalorizadas, como o recheio das casas ou os objectos e dinheiro pessoais, ou avaliadas “por baixo”, no caso da propriedade rural. Isto para já não falar no facto – que em vão a administração da Fazenda pública tentou corrigir, a bem da colecta fiscal e das finanças do Estado – de as próprias matrizes prediais onde se arrolavam os prédios carecerem de actualizações realistas ou poderem ser manipuladas por quem declarava.

Se é verdade que a imprensa exagerava talvez ao falar em 3 ou 4 mil contos, é praticamente certo que o valor da fortuna de Eugénio de Almeida excedia os 1.713 contos revelados. Helder Fonseca e Jaime Reis somaram aos valores, líquidos, do inventário de 1872, as dívidas e passivos correntes de Eugénio de Almeida, que ali não estavam contabilizados, e que dão à sua fortuna um valor, ilíquido, de 2.108 contos²². Muito possivelmente, será este o número mais aproximado de uma verdade difícil de apurar com rigor matemático. 2.108 contos de fortuna faziam de Eugénio de Almeida um dos proprietários e empresários agrícolas mais ricos da Regeneração portuguesa, se não mesmo o mais milionário de entre os milionários da lavoura nacional. Mesmo em termos internacionais, e exceptuando a Inglaterra (onde estavam as maiores fortunas do mundo) era uma soma competitiva nos *rankings* da riqueza da maioria dos países europeus²³. À escala das finanças públicas portuguesas, e se se tomar como indicador o Orçamento Geral do Estado para o ano económico em que Eugénio de Almeida morreu (1871-72), a sua fortuna representava 11% da receita do Estado (orçada em 19.211 contos), 8,3% da despesa (25.465 contos) e

²² Fonseca e Reis 1987, 883. De acordo com os montantes globais apurados anualmente, e tomando como ponto de partida os 53 contos que possuía em 1843 – data do seu arranque empresarial – conclui-se que em 29 anos (1843-1872), Eugénio de Almeida multiplicou o seu pecúlio inicial 40 vezes!

²³ Fonseca e Reis 1987, 871. Segundo os autores, são raros os patrimónios superiores a 1.000 contos de réis recenseados pela imprensa portuguesa na segunda metade do século XIX. Em França, apenas uma, de entre mais de 3.000 heranças registadas entre 1858-75, excederia a fortuna de Eugénio de Almeida. Em contrapartida, em Inglaterra, existiriam, no seu tempo, uns 150 milionários mais abonados do que ele. De acordo com Conceição Andrade Martins, a fortuna São Romão/José Maria dos Santos estava avaliada em “apenas” 512,8 contos em 1878 (Martins 1992, 394).

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

34,1% do défice (6.174 contos)²⁴. Para comparação, a maior fortuna actualmente registada em Portugal equivale a apenas 25,8% do total do défice estimado para 2011²⁵.

Mas não é apenas por estes valores que ele merece ser recordado. O que ele acumulou e deixou é parte integrante do que foi, do que fez, do lugar e do capital de onde partiu, e dos caminhos, opções e estratégias que desenvolveu ao longo da vida – não apenas na esfera dos negócios e da economia, mas também na sociedade e na política. Não abundando os estudos biográficos sobre os grandes notáveis do Portugal oitocentista, a biografia de Eugénio de Almeida, além de esclarecer o percurso público de um dos “grandes” do tempo, permite aclarar a natureza das ligações e interdependências entre a acção no campo económico e financeiro, a presença nos bastidores ou nos palcos da política e a projecção nos espaços e nos rituais da boa sociedade.

4. As imagens da burguesia portuguesa.

O estudo da vida de José Maria Eugénio de Almeida serve ainda para (re)pôr em questão algumas imagens fortes e lugares-comuns que se eternizam, com maior ou menor justiça, na historiografia nacional. Nos discursos sobre a sociedade portuguesa construída à sombra da Monarquia Constitucional desde a Guerra Civil de 1832-34 até ao 5 de Outubro de 1910, é frequente encontrar lamentos, críticas ou sátiras à corrupção do Estado, à incipiência dos partidos, ao tráfico eleitoral, à esterilidade dos parlamentos, ao atraso cultural, à rudimentaridade da indústria, ao tradicionalismo da agricultura, à tutela

²⁴ V. os números das receitas, despesas e défice em Mata 1985, 59, 115 e 170.

²⁵ Segundo o *ranking* da revista *Exame* de Agosto de 2011, a maior fortuna portuguesa é hoje a de Américo Amorim. Avaliada em cerca de 2.587 mil milhões de euros, ela representa 25,8% do défice de 10.030 mil milhões de euros projectado para o final deste ano (5,9% do PIB nacional, por sua vez calculável em cerca de 170.000 mil milhões de euros). Se se alongasse o exercício comparativo, convertendo os 34,1% do défice público coberto por Eugénio de Almeida para os dias de hoje, chegar-se-ia à conclusão de que a sua fortuna ascenderia a cerca de 3.420 mil milhões de euros, número que o colocaria destacado no 1.º lugar da lista dos mais ricos do Portugal actual. É útil registar, contudo, que, em bom rigor, os seus 2.108 contos, revistos simplesmente pela actualização monetária e pela inflação, equivaleriam hoje a cerca de 43,4 milhões de euros (cálculo realizado pelo Prof. Doutor Jaime Reis, a quem aqui particularmente agradeço). Sucede que este último número não traduz a real dimensão da fortuna de José Maria Eugénio de Almeida, porque não espelha a sua ordem de grandeza *qualitativa* perante o Estado ou a sociedade. Dito de outra maneira: os 2.108 contos de 1872 podem equivaler monetariamente a apenas 43,4 milhões de euros; o que acontece é que os primeiros representavam um poder de compra, de influência social e de capacidade de negociação perante o Estado incomparavelmente maior do que os segundos representam em 2011.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

estrangeira (inglesa) sobre o comércio... e ao carácter insípido, fraco, timorato, da burguesia liberal, sempre plebeia pela educação, paroquial por comparação com as congéneres europeias, mendicante pela dependência face ao Estado, parasitária pelo hábito, ostentatória e espampanante por vício de mimetismo em relação à velha aristocracia de sangue.

Em Almeida Garrett, o “barão”, ou seja, o negociante janota que se envaidecia com o mais ínfimo dos títulos da nova nobreza, estava para o Portugal liberal como o “frade” estivera para o Portugal Absolutista. Em Oliveira Martins, a burguesia liberal era o espelho de uma ordem político-social “estrangeirada” que se instalara em Portugal após a Guerra Civil, e que parasitava o país, “agasalhada com as luvas do Tabaco” (ou de outro qualquer contrato rentável) e bebendo “o ouro dos empréstimos”, ao mesmo tempo que exibia a sua fatuidade ao melhor estilo dos “Médicis-Farrobo”, ou ao pior estilo do “brasileiro torna-viagem”²⁶. Em 1879, a Princesa Rattazzi divertiu-se a farpear a sociedade portuguesa na sua obra *Portugal de Relance*. Segundo ela, uma das pragas do Portugal oitocentista era a aristocratização da burguesia e do dinheiro, ou seja, o proliferar de uma “nobreza novíssima”, comprada “em metal sonante”, cujos títulos e pergaminhos escondiam afinal o cheiro “a melaço, azeite rançoso, sola, bacalhau salgado e até esterco” (*sic*) ou, no mínimo, um passado de pequeno industrial, “corretor inapto” ou “capitalista” que “multiplicara os milhões com o dinheiro ingenuamente depositado nas suas mãos por meia dúzia de idiotas”²⁷. A burguesia liberal acabava assim por ser “o principal elemento do atraso” dos países latinos (Portugal e Espanha) – e Rattazzi alongava-se na explicação: “Alimenta e sobreexcita falsas noções de honra, que longe de encaminharem os homens à selecção dos trabalhos produtivos, desvairam-lhes o espírito ambicioso, norteando-os para as regiões altas que lhes permanecem inacessíveis. A vulgarização de semelhantes erros absorve a seiva e anula a vitalidade das nações”. Por isso a burguesia portuguesa “invalida(va) esse espírito prático que nos países mais adiantados da Europa lhe alcançou a importância e opulência congénera”. A tentação da fidalguia e do seu estilo de vida perdulário e ocioso produzia um “desequilíbrio” no “viver burguês” que lhe falseava “o carácter e a posição”. E isto era assim porque em Portugal toda a gente tinha por certo um “moderno princípio social”: “trabalhar o menos possível e ganhar dinheiro o mais comodamente possível”²⁸.

²⁶ Martins 1986 (1881), II, 19.

²⁷ Rattazzi 1997 (1879), 94-95.

²⁸ Rattazzi 1997 (1879), 96-97, 225.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

Se é verdade que o Portugal do tempo de Eugénio de Almeida era um país maioritariamente analfabeto, com uma vincada divisão entre a cidade e o campo, sem uma forte aristocracia à inglesa, sem um eleitorado esclarecido que verdadeiramente contasse para a rotação dos governos, onde a chamada sociedade civil – e nela a burguesia dos negócios – nunca revelou ser muito independente face à máquina do Estado, também é verdade que as imagens históricas sobre a sua debilidade, a sua dependência, o seu egoísmo, a sua ociosidade e o seu conseqüente escasso peso político-cultural devem ser matizadas. A história de José Maria Eugénio de Almeida – como a de outros grandes empresários capitalistas, já estudados ou por estudar – comprova o quanto a Princesa Rattazzi era injusta para com alguns dos maiores detentores de fortunas no Portugal que ela conheceu.

5. Um programa para o Portugal da Regeneração.

Um dos mais célebres diagnósticos de Oliveira Martins sobre a economia e a sociedade portuguesas criadas pelo liberalismo oitocentista estabeleceu que a Regeneração foi “o nome português do capitalismo”²⁹, embora de um capitalismo mais feito de “granjas” e de “bancos” do que de indústria. Uma outra visão sobre o desvio português em relação ao que poderia e deveria ter sido um progresso global e mais fecundo fora já apresentada por Alexandre Herculano, na sua batalha jornalística em prol de uma política que soubesse conjugar “melhoramentos materiais” e “melhoramentos morais”³⁰. Para Herculano, faltava instrução aos portugueses; para Oliveira Martins, faltava indústria – entre muitos e muitos outros elementos de que o país, como colectivo social, e os seus políticos, como elite dirigente, permaneciam carecidos. Decorrentemente, não surpreende que o primeiro tenha podido servir, até certo ponto, de patriarca da iconoclastia da Geração de 70, e que o segundo não tenha deixado de influenciar o desânimo dos Vencidos da Vida.

Se ainda fosse vivo nos anos 80 do século XIX, José Maria Eugénio de Almeida teria por certo concordado com Oliveira Martins, como poderia ter reconhecido que havia alguma razão nos lamentos de Alexandre Herculano. Simplesmente, o que os homens das letras viam como estrangulamentos do Portugal oitocentista, o milionário dos negócios via como a realidade das coisas. As granjas, os bancos, um

²⁹ Martins 1986 (1881), II, 240.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

moderado comércio, poucas fábricas e poucas escolas – era o que havia. O talento do bom negociante consistiria em maximizar as oportunidades, onde elas se lhe ofereciam, e em ajustar as estratégias às condições do país em que lhe fora dado viver.

Isto não significa que Eugénio de Almeida não tivesse bem presente o país poderia ser, e quais eram os problemas estruturais que lhe entorpeciam o passo. Ele mesmo não resistiu a confessar um dia “o desgosto que um coração português sofre, quando vemos que tudo melhora, medra e cresce na Europa, enquanto nós gastamos a nossa actividade em recriminações passadas e em rivalidades mesquinhas, quando não é em encomendar traiçoeiramente injúrias e calúnias para os nossos adversários”³¹. E ele mesmo sabia quais eram algumas das grandes falhas do desenvolvimento nacional. Portugal era um país “cuja situação política é incerta, onde as fortunas são limitadas e o lucro do dinheiro exorbitante”³²; um país onde “a questão da Fazenda” era a questão “que divide os partidos em Portugal, em que eles estão completamente distantes entre si”³³. Era pela Fazenda que seguramente se deveria começar. Era preciso controlar o défice, disciplinar as contas, equilibrar os orçamentos, conseguir cobrar impostos e impedir que essa receita fiscal fosse consumida de forma improdutiva pelo próprio serviço do Estado ou da dívida pública.

Em matéria financeira e fiscal, Eugénio de Almeida foi sempre um crítico quer do excessivo endividamento fontista quer da demagogia radical anti-impostos. A Fontes Pereira de Melo lembrava que não era recomendável aumentar exageradamente a despesa e endividar o país, porque assim se comprometia a capacidade de investimento na economia e não se conseguia sequer, no plano da justiça social, melhorar “a sorte das classes inactivas”. Gastar incontroladamente, deixar disparar o défice e o endividamento, era trilhar mau caminho – assim “não distribuimos auxílio aos que carecem dele, distribuimos-lhes a ilusão e a burla”³⁴. Dito isto, também não concordava com o polo oposto, o da esquerda mais radical. Os impostos – desde que assentes numa correcta “organização do serviço público” – tinham que se pagar, porque só com eles se compravam “vantagens de comodidade para todos”. Por

³⁰ V. Mónica 1996.

³¹ Sessão da Câmara dos Pares, 15-2-1862, in *Diário de Lisboa*, 3-3-1862.

³² *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-6-1849, 259.

³³ *Ibid.*, 4-6-1841, 97.

³⁴ Sessão da Câmara dos Pares, 13-3-1863, in *Diário de Lisboa*, 9-4-1863.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

outras palavras, “se uma medida é útil, é necessário aceitar o encargo que ela produz”³⁵. E não era possível ter estradas, comboios e outros melhoramentos materiais se as receitas fiscais não os pagassem. Para ele, os impostos eram como os medicamentos: pouco ou mal cobrados não curavam o subdesenvolvimento; em carga excessiva, e derretidos pelo Estado no sustento da sua própria máquina, matavam toda a possibilidade de desenvolvimento, porque empobreciam as pessoas, encareciam o preço do trabalho, atrasavam as obras públicas, asfixiavam até “as indústrias nascentes em Portugal”, que prometiam “ser um meio de riqueza para o nosso país”³⁶. A metáfora também se aplica ao próprio papel que o Estado deveria ter na condução da economia e dos negócios. Neste particular, Eugénio de Almeida era um discípulo do liberalismo clássico: o Estado devia intervir, obviamente, na regulamentação legislativa que enquadrava a actividade dos negócios e nas grandes obras públicas para as quais só ele tinha capitais; nada menos do que isto, nada mais do que isto. A livre iniciativa, a liberdade negocial, o “free trade”, todos estes princípios eram sagrados para Eugénio de Almeida. Se a questão da Fazenda era a prioridade das prioridades, o progresso requeria no entanto mais do que isso: era necessária estabilidade política, ordem pública, consolidação das instituições, respeito pela lei e uma justiça eficaz e atempada, onde nenhum “oiro” de corrupção pudesse influir na “balança” dos tribunais, onde os “processos” não fossem “intermináveis”, onde os “réus” não se subtraíssem ao “castigo” e onde os contratos não fossem desrespeitados³⁷.

Havia em suma muita coisa a fazer em Portugal. Eugénio de Almeida, porém, nunca teve excessivas ilusões e por isso nunca caiu em estados de angústia. Era possível fazer alguma coisa; não era possível fazer tudo. Em política, como nos negócios, lembrou sempre que “não estamos marchando num mundo imaginário de factos, mas num mundo real; e é portanto em presença destes factos que devemos tomar as nossas deliberações”³⁸. Sempre foi, no fundo, um realista prudente, gerindo de forma calculada riscos em economia e comprometimentos na política. Eram estas as ideias basilares do seu programa pessoal para o Portugal da Regeneração.

³⁵ V. *Diário da Câmara dos Deputados*, 8-2-1841, 69, e Sessão da Câmara dos Pares, 26-5-1859, in *Diário do Governo*, 24-6-1859.

³⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 28-10-1840, 539.

³⁷ Sessão da Câmara dos Pares, 24-2-1860, in *Diário de Lisboa*, 9-3-1860.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

6. Modernidade empresarial e racionalidade de opções económicas

Do ponto de vista histórico, a sua biografia é um excelente exemplo do que era a circularidade e a interdependência entre o dinheiro, o poder e o *status* social no Portugal oitocentista. No que respeita a um retrato empresarial, a diversidade e a modernidade foram as suas notas mais relevantes. Eugénio de Almeida nunca se deixou classificar num único sector da actividade económica. A sua estratégia de negócios teve várias alterações e viragens, ao sabor das oportunidades sectoriais e da rentabilidade conjuntural. Por isso ele foi, simultânea ou sucessivamente, especulador financeiro, contratador com o Estado, industrial, comerciante e proprietário. Onde quer que estivesse e onde quer que aplicasse o seu dinheiro, teve sempre presente algumas regras simples e óbvias: garantir sempre “o pouco certo ao muito duvidoso e tardio”³⁹, ou seja, preferir “uma liquidação mais breve, embora de menos interesse, a uma especulação demorada na esperança de lucros imaginários, que poucas vezes correspondem às esperanças que se tem concebido”⁴⁰; em tudo procurar “um certo rédito ou juro que não seja dos mais inferiores”⁴¹; a tudo estar atento e tudo supervisionar, porque “há muitas fortunas arruinadas, há muitos milhões da Fazenda Pública perdidos, por obras cuja despesa enorme atesta a ignorância e a falta de cálculo de quem as dirigiu”⁴². A acumulação financeira – prova-o a sólida e contínua progressão ascendente da sua fortuna – era sempre realizada para um fim: reaplicar, reinvestir, multiplicar, com uma perspectiva de longo prazo, de aceitação de um risco temperado pela precaução. Na história empresarial e económica de Eugénio de Almeida houve, em suma, um misto de capacidade pessoal, de engodo pelo trabalho, de intuição de vantagens futuras, de antecipação de contrariedades, de sorte, de acaso e de saber de experiência feito. Foi com tudo isto que ele montou e consolidou o seu sistema: uma administração geral de negócios segura, com clareza nas contas, regularidade na contabilidade, prontidão no cumprimento das ordens, escrupulosa parcimónia, bons contactos, minuciosa recolha de informação precedendo e (in)formando

³⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, 12-1-1848, 2.

³⁹ Carta de Eugénio de Almeida a Kerkhoven e Coutinho, 6-3-1850, in *Arquivo e Biblioteca Eugénio de Almeida* (Évora), *Copiadores de Correspondência Expedida*, Vol. 2 (1850), n.º 392.

⁴⁰ Carta de Eugénio de Almeida a José Gomes da Palma, 26-3-1850, *ibid.*, n.º 410.

⁴¹ Carta de Eugénio de Almeida a Knowles & Foster, 31-3-1857, *ibid.*, Vol. 8 (1855-1857), n.º 2071.

⁴² Carta de Eugénio de Almeida a Francisco José Gallagher Jr., 13-4-1850, *ibid.*, Vol. 2 (1850), n.º 426.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

tomadas de decisão estratégicas, e agilidade na circulação de fundos entre sectores. Tudo isto consta dos melhores e mais actualizados manuais de economia e gestão dos dias de hoje.

No que ao Portugal do tempo diz respeito, já foi salientado o quanto ele constituiu uma saudável excepção ao “estereótipo do burguês” – “timorato, avesso ao progresso e sabendo sobretudo, ou mesmo apenas, viver encostado ao Estado”, e uma real contra-prova às teses sobre a alegada “irracionalidade” económica da burguesia⁴³. Recorde-se o que Oliveira Martins implicitamente lamentava: Portugal não era mais desenvolvido porque quem tinha dinheiro preferia aristocratizar-se na compra de terras ou especular em bancos, ao invés de apostar na novidade industrial. Está fora da intenção deste trabalho explorar as razões históricas e as teses historiográficas explicativas da lentidão da industrialização portuguesa ou da dinâmica e factores do atraso português. Basta, para aqui, estabelecer que, *de facto*, ou seja, nas condições objectivas de existência do capitalismo em Portugal no século XIX, era o sector fundiário que propiciava as mais altas margens de rentabilidade.

Talvez a terra não fosse, em teoria, e como mostrava o exemplo da Inglaterra vitoriana, tão capital intensiva ou tecnologicamente inovadora quanto a indústria. O ponto estava em que em Portugal a teoria, ou o exemplo inglês, não eram aplicáveis; por outras palavras, “o que fazia sentido em países avançados, ricos e de recursos abundantes, poderia não ter cabimento aqui”⁴⁴. E se era assim, que sentido tinha – do ponto de vista dos negociantes ou investidores – a crítica de Oliveira Martins? Porque haveriam os grandes capitalistas de sacrificar um caminho rentável, ainda que mais tradicional, por outro, inseguro e pouco rentável no médio prazo, mesmo que a longo prazo a industrialização fosse o caminho para o verdadeiro “take-off” da economia nacional? São estas as perguntas que é preciso fazer para se perceber que Eugénio de Almeida não era “irracional” ou “egoísta” quando escolheu o sector fundiário como preferencial, relegando o investimento industrial – que também teve – para a última das suas apostas.

A alegada irracionalidade de comportamentos da burguesia de que alguma historiografia fala não seria apenas visível na gestão e das opções económicas mas também no comportamento social. Já ficou dito o que era a imagem mais comum de muitos dos burgueses mais endinheirados: gente sem cultura, gosto, sobriedade ou estilo próprio, vinda da oficina, da courela ou da tenda, que corria, logo que possível, a imitar o que a aristocracia tinha de pior – os títulos e o estilo de vida parasitário e perdulário. Também

⁴³ Fonseca e Reis 1987, 901.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

nada disto é visível em Eugénio de Almeida. Num curto retrato da sua figura e presença social, pode dizer-se que “vivendo luxuosamente e com alguma ostentação, como seria de esperar em alguém de tamanhas posses, não se registam nele as piores feições de esbanjamento, de falta de cultura e de exibicionismo pseudo-aristocrático”⁴⁵. Bem ao contrário, registam-se até sinais diametralmente opostos a tão negro quadro: um milionário benemérito e filantropo, sociável, bom-conversador e culto, amante dos livros e das belas artes, e até disponível, com inequívoco sentido de missão cívica, para aquele que foi o seu único emprego de alto funcionário público – o cargo de Provedor da Casa Pia, lugar onde fez, sob todos os pontos de vista, uma extraordinária comissão de serviço, revelando ao público um gestor de excelência.

7. Negócios, política e sociedade em Eugénio de Almeida.

Milionário e respeitável, Eugénio de Almeida teve também uma razoável e longa carreira política de mais de trinta anos. A política não foi no entanto para ele uma paixão ou uma vocação naturais. Nunca quis fazer carreira partidária, ser cacique, ministro ou cortesão: sempre quis apenas que os políticos governassem bem a sociedade, cuidando da estabilidade e do fomento⁴⁶. Se esteve na política, e quando esteve na política, foi – como é usual dizer-se dos grandes empresários – para através dela conseguir as medidas, as leis, as reformas e as discussões públicas que haveriam de estimular e definir novos quadros económico-sociais. Nunca esteve na política com a mentalidade partidária de quem vinha para ajustar contas com o passado ou com os adversários, mas com um credo optimista nas potencialidades dos homens para progredirem, com uma mentalidade utilitária, pragmática, desideologizada e (re)conciliadora. Isso, que também o ajudava a ser bom empresário, foi o que o tornou uma voz política influente, para além de uma figura social respeitada.

⁴⁴ Fonseca e Reis 1987, 868.

⁴⁵ Fonseca e Reis 1987, 878.

⁴⁶ Quando morreu, os jornais recordaram que Eugénio de Almeida fora convidado mais do que uma vez para ocupar uma pasta ministerial. Mas de uma das vezes que fora sondado para ministro da Fazenda (as Finanças), recusara terminantemente, explicando ao seu interlocutor: “Não quero aumentar a minha impopularidade. Eu só aceitaria com a condição de reformar tudo de alto a baixo, e para isso tinha de cortar e fazer doer muito e ninguém me agradecerá o sacrifício” (*Diário de Notícias*, 25-4-1872). Era óbvio, para Eugénio de Almeida, que trocar os negócios por responsabilidades directas (ou seja, ministeriais), no poder político significava perder dinheiro e ganhar aborrecimentos.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

O que ele foi e defendeu na política explica-se por aquilo que ele quis ser, e foi sendo, no mundo dos negócios. Nascido no ocaso do Antigo Regime português, nunca teve qualquer simpatia ou saudosismo pela velha ordem corporativa e privilegiada que a Revolução Liberal derrubou em 1820. Desde a primeira hora, e desde os seus primeiros escritos, apoiou o Portugal novo trazido pela ordem liberal, sobretudo pela porta que ela abriu à possibilidade de ascensão meritocrática de todos os plebeus como ele. Terminada a Guerra Civil, no decurso da qual não se lhe conhece actividade ou militância, chegou à Universidade de Coimbra – num período agitado da sua história institucional – rapidamente se destacando como um dos líderes da academia estudantil. A militância esquerdista de muitas das suas amigadas e patrocínios desse tempo fez dele, durante os anos da Universidade, um adepto de posições setembristas moderadas, tão crítico do radicalismo quanto dos aspectos mais conservadores da ordem cartista. Chegado a Lisboa, contudo, deslizou para o centro – do ponto de vista partidário – aderindo ao projecto “ordeiro” pela mesma lógica de ideias que levou Rodrigo da Fonseca a fundá-lo: pacificar o liberalismo, absorvendo a revolução e oferecendo às novas forças vivas um vislumbre de estabilidade e confiança.

A partir de 1843, ajudado pelo salto que constituiu o seu casamento e motivado pela sua promissora entrada no mundo dos negócios e da finança, Eugénio de Almeida trocou os ordeiros pelo cabralismo – desde que este apareceu como o mais forte e seguro garante da ordem pública e da consolidação política, sem as quais todo o investimento era inseguro e todo o negócio precário. Depois de ter sido um dos mais conhecidos “barões” do cabralismo, na década de 1840, transmutar-se-ia num dos mais fiéis apoiantes do fontismo, na década de 1850 e parte da década de 1860, por ter encontrado na Regeneração – ainda e sempre – um projecto político-social pacificador e, novidade face ao cabralismo, dotado dos meios financeiros e dos créditos externos que trariam para Portugal os melhoramentos materiais que eram a base do progresso.

Foi sobretudo com a Regeneração, e na Regeneração, que Eugénio de Almeida consolidou a sua fortuna e o seu “império” fundiário: ao fim ao cabo, ele era um dos grandes interessados na “agitação de gozo, de riqueza, de utilidade positiva” que marcou os tempos pós-1851, em flagrante contraste com a sociedade “agitada por partidos e doutrinas” que acabara por consumir toda a primeira metade do século⁴⁷. Haveria ainda, é certo, de romper com Fontes e com o governo da Fusão, em 1866-1867, tendo

⁴⁷ Martins 1986 (1881), II, 275.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

então aparecido, como muitos outros, a clamar por “economias”. Não o fez, no entanto, por ter aderido à esquerda radical anti-impostos, mas porque os seus interesses e investimentos o faziam opositor daqueles tributos contra os quais também se movia o grosso da opinião pública – o imposto sobre o consumo, que tumultuava os mais pobres, e a contribuição predial, ou imposto sobre a propriedade, que fazia vociferar os mais ricos.

As incoerências ou ziguezagues político-partidários que acumulou ao longo de mais de trinta anos de carreira pública são mais aparentes do que reais – na base deles, e por detrás deles, estava na realidade uma coerência de interesses económicos que o centrou sempre no essencial: governos que lhe oferecessem boas oportunidades de negócios, que pusessem o país a funcionar, que contribuíssem para dar passos em frente no caminho do fomento e da europeização... e que não o lesassem no seu património e nos seus interesses. Numa palavra: estaria onde quer que fosse e com quem quer que fosse preciso estar para contribuir, à escala das suas (muitas) possibilidades pessoais, para a causa do progresso – porque como ele mesmo um dia resumiu, “o progresso é um nome que soa bem a todos os ouvidos, é o nosso andar no caminho do bem, é a marcha das sociedades na carreira da perfectibilidade humana”⁴⁸.

Por isso a maioria das suas intervenções parlamentares e o grosso da sua agenda política foram dominadas por temas económicos e de sociedade: por um lado, a luta contra os forais, contra os vínculos (Morgados), contra o défice galopante, contra a injustiça fiscal; por outro lado, o apoio e o incentivo à liberalização das trocas cerealíferas, aos programas de melhoramentos materiais (viários e ferroviários), e à causa do fomento rural (créditos e outros incentivos). A ligação entre interesses económicos e intervenção política pode mesmo descer ao pormenor: era a favor das companhias financeiras porque nelas fez os seus primeiros grandes investimentos; era a favor do Contrato dos Tabacos (embora teoricamente crítico dos grandes monopólios), porque durante parte da vida foi seu “caixa-geral”; era a favor do livre-câmbio cerealífero porque a isso o inclinava o seu investimento no sector moageiro; era a favor da multiplicação da rede ferroviária como instrumento essencial para a circulação económica e para a integração dos mercados, e tanto mais quanto (no Alentejo ou nas docas de Lisboa) os traçados ajudavam a escoar as suas produções ou a valorizar as suas propriedades e fábricas; era a favor da extinção dos vínculos por causa da sua própria posição de grande comprador de terra; era a favor do

⁴⁸ Sessão da Câmara dos Pares, 15-2-1862, in *Diário de Lisboa*, 3-3-1862.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

estabelecimento de programas ou instituições de crédito predial porque essa era a forma de levar dinheiro e perspectivas de desenvolvimento para o Portugal rural mais profundo; era, finalmente, a favor de um maior rigor orçamental e de uma política fiscal menos onerosa para que o Estado pudesse gastar melhor e mais portugueses aceitassem, porque o deviam fazer, pagar mais.

Neste aspecto – da interligação entre a economia e a política – a história da vida de Eugénio de Almeida pode até servir de conselho historiográfico a quem quer que se debruce sobre um qualquer grande magnata e negociante do passado ou do presente. A pergunta-chave a colocar, e a responder, não é “o que é que ele foi politicamente”, mas sim “o que é que ele precisou de ser, ou aceitou ser”, para melhor defender e fazer prosperar a sua vasta panóplia de interesses. Assim, concretizando para o caso de Eugénio de Almeida, ele não queria o progresso, ou apoiava o fomento, *porque* era político, e porque era a moda do tempo ou o espírito do século XIX; simplesmente, esteve na política *porque* queria o progresso e apoiava o fomento, e porque a intervenção política era o melhor instrumento para fazer coincidir e identificar a moda do tempo e o espírito do século com os seus próprios interesses económicos e estratégias empresariais.

Fontes:

Arquivo e Biblioteca Eugénio de Almeida (Évora)

Catálogo Metódico da Livraria do Exmo. Sr. Conselheiro José Maria Eugénio de Almeida (2 Vols.).

Copiadores de Correspondência Expedida, Vols. 2 (1850), e 8 (1855-1857).

Inventário por morte do Exmo. Sr. José Maria Eugénio de Almeida (1872).

Correspondência de Portugal. Lisboa, 1872.

Diário da Câmara dos Deputados. Lisboa, 1840, 1841, 1848 e 1849.

Diário de Lisboa. Lisboa, 1860, 1862 e 1863.

Diário de Notícias. Lisboa, 1872.

Diário do Governo. Lisboa, 1859.

Diário Popular. Lisboa, 1872.

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

Gazeta do Povo. Lisboa, 1872.

Jornal do Comércio. Lisboa, 1872.

Referências Bibliográficas

Fonseca, Hélder Adegar; Reis, Jaime. 1987. José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração. *Análise Social* 99: 865-904.

Martins, Conceição Andrade. 1992. Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos. *Análise Social* 116-117: 367-404.

Martins, Joaquim Pedro Oliveira. ⁹1986 [¹1881]. *Portugal Contemporânea*. Lisboa: Guimarães Editores.

Marvão, Fátima; Coelho, Teresa. 2000. Síntese Histórica (1780-1999). *220 Anos. Casa Pia de Lisboa. Instruir, Educar e Amparar*. Lisboa: Centro Cultural Casapiano, 59-146.

Mata, Maria Eugénia, 1985. *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*. Dissertação de Doutoramento: Universidade Nova de Lisboa.

Mónica, Maria Filomena Mónica. 1996. *A Europa e Nós. Uma polémica de 1853. A. Herculano contra A. P. Lopes de Mendonça. Antologia*. Lisboa: ICS e Quetzal Editores.

Pereira, Sara Marques. 2003. *Deus, Labor et Constantia. Fundação Eugénio de Almeida*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida.

Rattazzi, Maria. 1997 (1879). *Portugal de Relance*. Lisboa: Antígona.

Sardica, José Miguel. 2005. *José Maria Eugénio de Almeida. Negócios, Política e Sociedade no Século XIX*. Lisboa: Quimera Editores e Instituto de Cultura Vasco Vill'Alva.

Silva, César da. 1896. *Real Casa Pia de Lisboa. Breve história da sua fundação, grandeza e desenvolvimento de 1780 até ao presente*. Lisboa: Tipografia Brito Nogueira.

Tavares, Adérito. 2000. Pioneirismo Educativo e Inovação Pedagógica (1789-1897). *220 Anos. Casa Pia de Lisboa. Instruir, Educar e Amparar*. Lisboa: Centro Cultural Casapiano, 151-186.

Resumo

Bacharel em Direito, deputado, Par do Reino e Conselheiro de Estado, José Maria Eugénio de Almeida, um plebeu sem quaisquer pergaminhos aristocráticos, tornou-se conhecido, no contexto do século XIX português, sobretudo pela diversificada e milionária carreira que protagonizou no mundo dos negócios,

Economia e Política no Século XIX Português. O Caso Biográfico de José Maria Eugénio de Almeida

como financeiro, contratador, especulador, comerciante, industrial e grande proprietário urbano e rural. Nascido há duzentos anos, em 1811, nos finais do Antigo Regime, quando Portugal era ainda um Estado absolutista, economicamente dependente do Brasil, socialmente estagnado, culturalmente distante da Europa, sem estradas, comboios ou fábricas modernas, morreu em 1872, em pleno apogeu do fontismo, detentor de uma das maiores fortunas portuguesas do tempo, numa monarquia liberal voltada para a Europa, medianamente ilustrada, que galgara anos na carreira da civilização e do progresso. José Maria Eugénio de Almeida foi testemunha e obreiro desta radical transformação da modernidade portuguesa. O seu património e apelido perduraram no tempo, e são ainda hoje conhecidos por terem dado nome a uma Fundação, com sede em Évora e actividade nas áreas da cultura, do ensino, da assistência, da agricultura e do património. A vida e as realizações deste *self-made-man* são assim um testemunho histórico das virtualidades das sociedades meritocráticas e do *ethos* individualista daquilo a que no presente se chama “empreendedorismo”. Mas por detrás da biografia, e a partir dela, o objectivo deste texto é também o de mostrar o tipo de relações que a economia e a política, ou seja, a sociedade civil e o Estado, mantinham entre si no século XIX português.

Palavras-chave:

Eugénio de Almeida; Portugal; século XIX; liberalismo; economia; política.

